



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



O Papel da Enfermagem e das Ações Educativas na Prevenção da Automedicação

The Role of Nursing and Educational Actions in the Prevention of Self-Medication

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2665

ARK: 57118/JRG.v8i19.2665

Recebido: 08/11/2025 | Aceito: 10/11/2025 | Publicado on-line: 13/11/2025

Fabiana Cajé Ribeiro

<https://orcid.org/0009-0007-6994-2177>

<http://lattes.cnpq.br/000000000000000000>

FACEV - Faculdade Evangélica de Valparaíso de Goiás, GO, Brasil

E-mail: liciasousa21@gmail.com

Gerusa Lorena Ribeiro de Oliveira

<https://orcid.org/0009-0000-5028-9787>

<http://lattes.cnpq.br/000000000000000000>

FACEV - Faculdade Evangélica de Valparaíso de Goiás, GO, Brasil

E-mail: lorena.44322@gmail.com

Thairine Lica de Sousa Carvalho Santos

<https://orcid.org/0009-0004-1252-321X>

<http://lattes.cnpq.br/000000000000000000>

FACEV - Faculdade Evangélica de Valparaíso de Goiás, GO, Brasil

E-mail: liciasousa21@gmail.com



Resumo

A automedicação caracteriza-se pelo uso de medicamentos sem prescrição ou acompanhamento profissional, prática comum na sociedade contemporânea, favorecida pela ampla disponibilidade de fármacos, influência midiática, facilidade de acesso e ausência de orientação adequada. Esse comportamento representa risco significativo à saúde pública, ao contribuir para intoxicações medicamentosas, reações adversas, interações prejudiciais e aumento da resistência bacteriana. No Brasil, onde o consumo de medicamentos é elevado, a fragilidade na fiscalização intensifica o problema, evidenciando a necessidade de estratégias educativas voltadas à promoção do uso racional de fármacos. Nesse cenário, a enfermagem assume papel estratégico, especialmente pela proximidade com a comunidade e pela atuação em ações educativas que visam à conscientização da população. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, considerando produções científicas e documentos oficiais publicados entre 2019 e 2025. Conclui-se que a educação em saúde realizada por enfermeiros é essencial no enfrentamento da automedicação, contribuindo para a prevenção de agravos, a promoção da segurança em saúde e a melhoria da qualidade de vida da população.

Palavras-chave: automedicação; enfermagem; educação em saúde; uso racional de medicamentos; saúde pública.

Abstract

Self-medication is characterized by the use of medicines without medical prescription or professional supervision, a common practice in contemporary society, favored by the wide availability of drugs, media influence, ease of access, and lack of adequate guidance. This behavior represents a significant public health risk, as it contributes to drug intoxications, adverse reactions, harmful interactions, and increased bacterial resistance. In Brazil, where medicine consumption is high, weak regulatory control intensifies the problem, highlighting the need for educational strategies to promote the rational use of medicines. In this context, nursing plays a strategic role, especially due to its proximity to the community and its involvement in educational actions aimed at raising awareness among the population. This study was developed through a qualitative and descriptive literature review, considering scientific publications and official documents published between 2019 and 2025. It is concluded that health education carried out by nurses is essential in addressing self-medication, contributing to the prevention of health problems, the promotion of safety, and the improvement of population quality of life.

Keywords: *self-medication; nursing; health education; rational use of medicines; public health.*

1. Introdução

A automedicação é reconhecida como uma prática recorrente na sociedade contemporânea, caracterizada pelo uso de medicamentos sem prescrição ou acompanhamento profissional. Tal comportamento é favorecido pela disponibilidade de fármacos, pela influência da mídia, pela busca por soluções imediatas e pela carência de conhecimento adequado sobre riscos e consequências. Embora muitas vezes percebida como uma conduta de baixo risco, a automedicação pode gerar agravos significativos à saúde, incluindo intoxicações, interações medicamentosas, reações adversas, resistência bacteriana e complicações decorrentes do uso inadequado (Vilaça, 2024).

A grande variedade de produtos oferecidos pela indústria farmacêutica, a facilidade de aquisição em farmácias e drogarias, a substituição da orientação médica por recomendações de familiares, amigos ou balconistas e a circulação de informações sem embasamento técnico em meios digitais são elementos que contribuem para a automedicação. Essas condições favorecem o consumo irracional e ampliam a percepção equivocada de que tal prática não acarreta riscos relevantes (Junior; De Oliveira; Amorim, 2022).

Entre as consequências mais preocupantes estão as intoxicações medicamentosas, que decorrem de mecanismos farmacológicos complexos relacionados às características individuais dos usuários, às propriedades dos fármacos e às possíveis interações com outros medicamentos ou alimentos. Além disso, destaca-se a resistência bacteriana, potencializada pelo uso indiscriminado de antibióticos, considerada um dos maiores desafios para a saúde pública mundial (Rocha *et al.*, 2024).

No contexto brasileiro, a problemática é ainda mais relevante, visto que o país se encontra entre os maiores consumidores globais de medicamentos, movimentando bilhões de dólares anualmente nesse setor. A facilidade de acesso aliada à fragilidade de fiscalização contribui para o uso inadequado. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que mais da metade dos medicamentos disponíveis no mundo

é prescrita, dispensada ou utilizada de forma incorreta, o que reforça a necessidade de estratégias preventivas (Stacciarini, 2023).

Nesse cenário, a enfermagem exerce função estratégica na promoção do uso racional de medicamentos, uma vez que o enfermeiro atua em diferentes níveis de atenção à saúde, desenvolvendo ações de educação em saúde voltadas para a orientação da população. Tais ações envolvem palestras, rodas de conversa, visitas domiciliares e campanhas comunitárias, com o intuito de esclarecer os riscos associados à automedicação e estimular a busca por atendimento profissional (Batista; Da Silva Coimbra, 2025).

A escolha do tema justifica-se pela crescente incidência da automedicação na sociedade contemporânea, prática que representa um desafio tanto para os serviços de saúde quanto para a segurança dos pacientes. O fácil acesso aos medicamentos, associado à desinformação e à ausência de orientação profissional adequada, contribui para que a população recorra ao uso de fármacos sem considerar os potenciais riscos envolvidos. Nesse contexto, o enfermeiro assume papel estratégico na promoção do uso racional de medicamentos, uma vez que sua atuação se destaca pela proximidade com a comunidade e pelo desenvolvimento de ações educativas que favorecem mudanças de comportamento. Além de orientar sobre os perigos da automedicação, a enfermagem desempenha função essencial na conscientização dos indivíduos, fortalecendo a prevenção e garantindo maior segurança em saúde.

Considerando tais aspectos, o objetivo geral deste estudo é analisar o papel da enfermagem e das ações de educação em saúde no enfrentamento da automedicação. Para alcançar essa finalidade, busca-se identificar os fatores que contribuem para a prática da automedicação, analisar os riscos que ela representa para a saúde individual e coletiva, investigar as estratégias educativas utilizadas pelos profissionais de enfermagem na promoção do uso racional de medicamentos e avaliar a efetividade das ações de educação em saúde realizadas por enfermeiros na prevenção desse hábito. Dessa forma, a pesquisa apresenta relevância acadêmica, social e científica, ao oferecer subsídios para práticas assistenciais mais efetivas, capazes de reduzir complicações e promover uma melhor qualidade de vida à população.

2. Metodologia

O presente estudo será desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e caráter descritivo, utilizando-se de produções científicas que abordam a temática da automedicação e a atuação da enfermagem na promoção da saúde. Para a construção do referencial, serão considerados artigos científicos, teses, dissertações, manuais do Ministério da Saúde e documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção do material englobam publicações realizadas entre os anos de 2019 e 2025, escritas em língua portuguesa e que apresentem relação direta com os temas automedicação, educação em saúde e enfermagem. Como critérios de exclusão, serão desconsideradas publicações duplicadas, estudos em língua estrangeira e trabalhos que não apresentem pertinência com a proposta investigativa.

As buscas bibliográficas serão realizadas em bases de dados de relevância científica, incluindo SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, de forma sistemática. Após a seleção, o material será submetido a uma leitura crítica e interpretativa, a fim de identificar contribuições relevantes para a compreensão do

fenômeno estudado e para a construção de uma reflexão fundamentada acerca da importância das estratégias educativas da enfermagem no combate à automedicação.

3. Desenvolvimento

3.1 Automedicação como desafio para a saúde pública

A automedicação representa um desafio significativo para a saúde pública, sendo uma prática comum no Brasil e responsável por grande parte dos casos de intoxicação por medicamentos. Essa conduta é influenciada por diversos fatores de ordem social, econômica e cultural, que favorecem seu uso frequente e, muitas vezes, inadequado. Entre os principais determinantes destacam-se as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, os custos envolvidos em consultas médicas e planos privados, além da facilidade de aquisição de medicamentos sem prescrição, mesmo diante de regulamentações que buscam restringir a venda e a publicidade de fármacos (Vilaça, 2024).

O ritmo acelerado da vida contemporânea, marcado por compromissos profissionais, acadêmicos e domésticos, leva muitos indivíduos a buscar soluções rápidas para sintomas e doenças, sem interromper suas atividades cotidianas. A influência da mídia e das propagandas de medicamentos reforça essa prática, ao apresentar fármacos como alternativas seguras e de efeito imediato, frequentemente associadas a celebridades ou figuras de credibilidade, transmitindo a ideia de essencialidade dos produtos sem alertar para possíveis efeitos adversos ou contraindicações (Xavier *et al.*, 2021).

Práticas culturais, como o hábito de armazenar medicamentos e reutilizar prescrições antigas, contribuem para a automedicação. O compartilhamento de experiências dentro de famílias e comunidades reforça a ideia equivocada de que um medicamento eficaz para uma pessoa pode ser utilizado por qualquer indivíduo. Essa conduta aumenta o risco de erros de uso, ingestões acidentais, armazenamento inadequado e perda de eficácia dos produtos (Melo, 2025).

Os medicamentos mais utilizados na automedicação são analgésicos e antitérmicos, utilizados para tratar sintomas comuns como dor e febre. Entre populações mais vulneráveis, como idosos, a prática se torna ainda mais preocupante devido ao uso concomitante de diferentes fármacos, elevando a probabilidade de interações medicamentosas e complicações clínicas (Melo, 2025).

Diante desse cenário, a automedicação deve ser entendida como resultado de fatores estruturais, sociais e culturais, e não só como escolha individual. A falta de orientação profissional, a influência da mídia e a ausência de políticas públicas mais rígidas para regulamentação do consumo de medicamentos evidenciam a necessidade de ações preventivas e educativas que promovam o uso racional de fármacos e reduzam os impactos negativos sobre a saúde coletiva (Lima Junior, 2023).

Compreende-se então que, essas intoxicações ocasionadas pelo uso inadequado de medicamentos representam um problema relevante em nível mundial, visto que provocam alterações significativas na fisiologia do organismo e desencadeiam reações químicas que exigem protocolos de atendimento específicos. Nessas circunstâncias, a rapidez na intervenção clínica torna-se fundamental, uma vez que o risco de evolução para óbito ou de surgimento de sequelas permanentes é elevado (Lima Junior, 2023).

3.2 Riscos e consequências da automedicação

A automedicação apresenta impactos significativos tanto para a saúde individual quanto para a saúde coletiva, constituindo um fator de risco relevante para o surgimento de complicações e agravos clínicos. Entre os efeitos mais imediatos, destacam-se as intoxicações medicamentosas, que podem ocorrer devido ao uso inadequado de fármacos, doses excessivas ou associação indevida de diferentes produtos. Além disso, o consumo de medicamentos sem orientação profissional pode mascarar sintomas importantes, dificultando o diagnóstico precoce e correto de doenças, o que aumenta a probabilidade de complicações e prolongamento do quadro clínico (Moura *et al.*, 2025).

Entre os elementos mais relevantes, destacam-se os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), que, embora não exijam receita médica, demandam acompanhamento profissional, já que apresentam riscos semelhantes aos de outros fármacos, como reações adversas, intoxicações e interações medicamentosas prejudiciais. Estima-se que mais da metade dos medicamentos utilizados de forma autônoma pela população pertence a essa categoria, o que evidencia a gravidade do cenário (Exterkortter, 2024).

Outro aspecto determinante está relacionado ao impacto das campanhas publicitárias e das estratégias de marketing, que frequentemente estimulam o uso irracional de medicamentos. Ao explorar técnicas de persuasão, a publicidade transmite uma sensação equivocada de segurança e eficácia, induzindo o consumidor a acreditar na necessidade do uso de determinados produtos, ainda que muitas vezes essa demanda seja artificialmente criada. Dessa forma, observa-se que a automedicação não se limita a uma decisão individual, mas configura-se como um fenômeno influenciado por dinâmicas econômicas, culturais e comunicacionais, que acabam por naturalizar e reforçar essa prática no cotidiano da sociedade (Exterkortter, 2024).

Outro aspecto relevante é a criação de hábitos de consumo de medicamentos sem acompanhamento, que se perpetuam ao longo do tempo e influenciam gerações futuras. A prática de compartilhar medicamentos, reutilizar prescrições antigas e recorrer a fármacos por indicação de familiares ou amigos contribui para a disseminação de condutas inadequadas, reforçando padrões culturais que normalizam a automedicação (Rocha *et al.*, 2024).

Em relação aos idosos, o uso de medicamentos demanda atenção especial, pois o envelhecimento provoca alterações fisiológicas que influenciam a forma como os fármacos são absorvidos, distribuídos, metabolizados e eliminados pelo organismo. Com a idade, ocorre redução do líquido intracelular, elevação do pH gástrico, diminuição do débito cardíaco e da perfusão sanguínea, além de um metabolismo mais lento, o que pode retardar a absorção dos medicamentos. Na fase de distribuição, muitos fármacos tendem a se acumular no tecido adiposo, permanecendo por mais tempo no organismo em comparação ao tecido magro. A função renal frequentemente apresenta declínio, reduzindo o fluxo sanguíneo renal e retardando a eliminação dos medicamentos, aumentando o risco de acúmulo de substâncias potencialmente tóxicas e de efeitos adversos (Dos Santos *et al.*, 2022).

Certos medicamentos, como anticoagulantes, diuréticos, anti-hipertensivos e alguns psicotrópicos, são particularmente sensíveis a essas alterações, tornando o ajuste de dose essencial. Estratégias como a avaliação regular da função renal e hepática, monitoramento de efeitos adversos e revisão frequente das prescrições contribuem para reduzir riscos e promover o uso seguro e eficaz dos fármacos,

garantindo que o tratamento seja adequado às necessidades do paciente idoso (Ribeiro, 2025).

O uso indiscriminado de medicamentos em idosos intensifica a exposição a diversos riscos associados à prática da automedicação. Entre os principais, destacam-se a ocorrência de reações adversas graves, como sangramentos, arritmias, alterações cognitivas e quedas, que podem comprometer a qualidade de vida e a independência do idoso. Além disso, a ingestão inadequada de fármacos favorece o desenvolvimento de resistência microbiana, especialmente quando antibióticos são utilizados sem prescrição ou orientação profissional, e aumenta a probabilidade de intoxicações agudas ou crônicas (De Oliveira Matias, Deuner; De Oliveira, 2024).

Outro risco relevante é a potencialização de interações medicamentosas, que podem alterar a eficácia dos tratamentos e provocar efeitos adversos inesperados. Problemas relacionados à administração, como esquecimento de doses, confusão na identificação dos medicamentos e aplicação incorreta pela via inadequada, também contribuem para eventos adversos e complicações clínicas. Ademais, o armazenamento inadequado, muitas vezes associado à desinformação ou dificuldade de manuseio, aumenta o perigo de ingestão acidental ou de deterioração dos fármacos, comprometendo sua eficácia e segurança (De Oliveira Matias, Deuner; De Oliveira, 2024).

Diante dessas consequências, a automedicação configura-se como um problema complexo, que exige ações preventivas e educativas. A promoção do uso racional de medicamentos, a orientação da população sobre riscos e efeitos adversos, bem como a implementação de estratégias de conscientização, são medidas essenciais para reduzir os impactos negativos dessa prática, proteger a saúde individual e coletiva e diminuir a sobrecarga nos serviços de saúde.

3.3 O papel da enfermagem e da educação em saúde no enfrentamento da automedicação

A atuação da enfermagem é essencial na promoção do uso racional de medicamentos e na prevenção da automedicação, uma vez que os enfermeiros estão frequentemente em contato direto com a comunidade e podem desenvolver ações educativas que contribuem para a conscientização da população. Por meio de estratégias estruturadas de educação em saúde, é possível orientar os indivíduos sobre os riscos do consumo inadequado de medicamentos, esclarecer dúvidas sobre posologia, efeitos adversos e interações, e estimular a procura por atendimento profissional sempre que necessário (Raquel, 2022).

No âmbito legal, a Resolução nº 7.498/1986 e o Decreto nº 94.406/1987 estabelecem que a prescrição medicamentosa e a solicitação de exames podem integrar as atribuições do enfermeiro durante a execução do processo de enfermagem, desde que respeitados os programas de saúde pública e os protocolos institucionais. Apesar de a categoria ainda não dispor de plena autonomia nesse campo, essa atribuição configura-se como um recurso importante para fortalecer práticas voltadas ao uso seguro de medicamentos (Alves *et al.*, 2024).

No contexto da Estratégia de Saúde da Família (ESF), a atuação do enfermeiro, seja na prescrição ou na orientação medicamentosa, assume papel importante, pois possibilita à comunidade compreender os efeitos adversos decorrentes do uso contínuo ou eventual de determinados fármacos. Ressalta-se, ainda, que a lista de medicamentos autorizados à prescrição por enfermeiros varia conforme os protocolos regionais, o que reforça a necessidade de maior padronização e valorização dessa prática profissional (Nava, 2021).

Dessa forma, a dimensão educativa da enfermagem destaca-se como um dos principais mecanismos de prevenção da automedicação. Pela proximidade com a população, os enfermeiros exercem função estratégica na difusão de informações seguras, orientando sobre o uso correto de medicamentos em situações diversas, desde enfermidades comuns, como sintomas gripais, até condições crônicas, como hipertensão e diabetes. Esse acompanhamento contribui para aumentar a segurança do paciente, potencializar a eficácia terapêutica e consolidar o papel da enfermagem na promoção do uso racional de medicamentos (Melo, 2025).

Entre as principais estratégias utilizadas pelos profissionais de enfermagem destacam-se palestras, rodas de conversa, visitas domiciliares, campanhas informativas e atividades em unidades de saúde. Essas ações permitem a disseminação de informações e a interação da população em processos de reflexão sobre hábitos de saúde, incentivando mudanças de comportamento e fortalecendo práticas preventivas. Além disso, a educação em saúde pode ser planejada para atender diferentes grupos etários e perfis sociais, adaptando a linguagem, os recursos visuais e os exemplos utilizados de acordo com as necessidades da população (Bispo *et al.*, 2023).

A seguir, apresenta-se uma tabela que descreve os principais problemas relacionados à automedicação e as respectivas intervenções realizadas pelo enfermeiro. A tabela evidencia a importância da atuação do profissional de enfermagem na orientação, monitoramento e acompanhamento dos pacientes, visando à segurança do tratamento medicamentoso e à prevenção de efeitos adversos decorrentes do uso inadequado de medicamentos.

Tabela 1- Principais problemas relacionados à automedicação e intervenções de enfermagem

Problema relacionado à automedicação	Serviços e intervenções do enfermeiro
Uso de medicamento sem prescrição	Orientar sobre os riscos do uso sem indicação, explicar a finalidade e ação de cada fármaco, sugerir alternativas não medicamentosas, avaliar necessidade real do medicamento.
Ingestão de doses incorretas	Explicar posologia correta, fornecer instruções verbais e escritas, usar códigos de cores ou rótulos em letras grandes, revisar horários de administração.
Polifarmácia	Avaliar todos os medicamentos utilizados, revisar prescrições antigas, indicar suspensão ou substituição quando possível, sugerir alternativas terapêuticas não farmacológicas.
Risco de toxicidade	Monitorar sinais de intoxicação, avaliar função renal e hepática, orientar sobre a importância do cumprimento das doses e intervalos, alertar sobre uso de medicamentos de venda livre.
Risco de interações medicamentosas	Identificar combinações potencialmente perigosas, educar o paciente e cuidadores, elaborar planos terapêuticos individualizados, acompanhar efeitos adversos.
Armazenamento inadequado de medicamentos	Orientar sobre armazenamento correto, evitar estoques desnecessários em casa, explicar riscos de ingestão acidental.
Risco de erros de administração	Ensinar técnicas corretas, fornecer instruções claras e detalhadas, monitorar a adesão ao tratamento, envolver familiares ou cuidadores no acompanhamento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir da análise da tabela, observa-se que a automedicação envolve múltiplos fatores que podem comprometer a segurança do tratamento. A atuação do enfermeiro deve ser direcionada à educação e orientação do paciente, ao monitoramento contínuo do uso de medicamentos e à identificação precoce de efeitos adversos, promovendo práticas seguras. Além disso, é fundamental instruir sobre armazenamento adequado, horários de administração e alternativas terapêuticas não farmacológicas, bem como realizar a revisão periódica das prescrições para prevenir polifarmácia e reduzir riscos de complicações. Dessa forma, o acompanhamento sistemático pelo profissional de enfermagem auxilia para a utilização racional dos medicamentos, fortalecendo a qualidade do cuidado e promovendo a segurança em diferentes contextos clínicos.

Além das intervenções diretas com a população, a enfermagem desempenha papel de articulação junto a outros profissionais de saúde, farmacêuticos e órgãos reguladores, fortalecendo ações integradas de conscientização e controle do uso de medicamentos. A promoção do uso racional de fármacos, quando conduzida de forma contínua e estruturada, demonstra resultados significativos na redução da automedicação, na prevenção de complicações e no incentivo a práticas de saúde mais seguras e responsáveis (Morais, 2025).

4. Resultados e discussão

Os resultados desta pesquisa apontam que a automedicação permanece como prática recorrente e socialmente difundida, atravessando diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e contextos territoriais. Verificou-se que, em ambientes urbanos e rurais, o recurso a medicamentos sem avaliação clínica prévia é motivado pela busca de alívio imediato de sintomas autorreferidos. Esse comportamento comparece como rotina incorporada ao cuidado cotidiano, com naturalização do uso de fármacos para situações autolimitadas e também para condições que exigiriam avaliação profissional (Lima Junior, 2023).

Exterkortter (2024) enfatiza que, determinantes estruturais que sustentam a persistência do fenômeno, destacando-se a facilidade de aquisição de Medicamentos Isentos de Prescrição, o preço reduzido de certas apresentações genéricas, a proximidade geográfica de estabelecimentos farmacêuticos e as barreiras de acesso a consultas em tempo oportuno. A percepção de que o sistema de saúde apresenta fluxos morosos e custos indiretos contribui para a decisão de tratar sintomas por conta própria.

A influência midiática apresentou-se como elemento relevante. Campanhas publicitárias e conteúdos em redes sociais, frequentemente centrados em mensagens de alívio rápido e produtividade, reforçam a ideia de que a farmacoterapia é solução imediata para desconfortos comuns. Observou-se baixa visibilidade, nesses materiais, de orientações sobre riscos, contraindicações e sinais de alerta que demandam avaliação clínica (Xavier *et al.*, 2021).

No conjunto de produtos mais utilizados sob automedicação, destacaram-se analgésicos e antitérmicos empregados para dor e febre, assim como anti-inflamatórios não esteroidais para queixas musculoesqueléticas. O uso é frequentemente episódico, mas com tendência a repetições em curto intervalo, sem avaliação da dose total acumulada nem das interações com outros fármacos em uso contínuo (Melo, 2025).

Também foi recorrente a utilização de antibióticos sem orientação adequada, seja por reutilização de sobras de tratamentos anteriores, seja por indicação leiga. Esse padrão foi associado a descontinuidade precoce do esquema e a trocas não

justificadas de molécula, criando condições propícias para falhas terapêuticas e para o fortalecimento de resistência microbiana em nível comunitário. Foram observados usos prolongados de protetores gástricos, notadamente inibidores de bomba de prótons, em contextos sem clara indicação clínica. Essa prática, muitas vezes iniciada para sintomas dispépticos inespecíficos, mostrou-se mantida por longos períodos, com relatos de alívio sintomático, mas também com potencial de efeitos adversos quando utilizada de modo crônico e sem supervisão (Melo, 2025).

No campo dos psicotrópicos, evidenciou-se automanejo de queixas de sono e ansiedade com consumo não supervisionado de benzodiazepínicos e fitoterápicos sedativos. O padrão identificado inclui uso intermitente que evolui para intermitência frequente, com risco de tolerância, dependência e queda em populações vulneráveis quando não há acompanhamento profissional (Silva Junior, 2023).

Além disso, produtos “naturais”, vitaminas e suplementos alimentares apareceram como alternativas percebidas como seguras, especialmente entre pessoas com receio de “remédios fortes”. Contudo, registraram-se combinações com medicamentos de uso contínuo, com potencial de interações e duplicidades terapêuticas. Notou-se carência de informação adequada sobre doses máximas, tempo de uso e efeitos cumulativos (Batista; Da Silva Coimbra, 2025).

Erros de dose e de frequência foram frequentes, com ênfase em duplicidades por diferentes marcas ou apresentações contendo o mesmo princípio ativo. Tal ocorrência se intensificou em domicílios com múltiplos usuários e sem organização padronizada do armazenamento, resultando em exposições acima do recomendado e aumento de risco de eventos adversos.

O mascaramento de sintomas por uso recorrente de analgésicos, antipiréticos e antiácidos mostrou-se um achado relevante. Em vários relatos, a busca por alívio imediato postergou a investigação de causas subjacentes, retardando diagnósticos diferenciais em quadros infecciosos, inflamatórios ou metabólicos, com repercussões potenciais sobre a evolução clínica (Batista; Da Silva Coimbra, 2025).

A população idosa se evidenciou como grupo de maior vulnerabilidade. Além de alterações fisiológicas que afetam a farmacocinética e a farmacodinâmica, observou-se polifarmácia de base associada a condições crônicas, o que ampliou o risco de interações, reações adversas e hospitalizações por eventos relacionados a medicamentos quando fármacos adicionais foram introduzidos sem avaliação técnica (Bispo *et al.*, 2023).

Pessoas com doenças crônicas, independentemente da idade, apresentaram padrões de automedicação voltados a manejo de sintomas intercorrentes, muitas vezes sem considerar restrições específicas do seu regime terapêutico. Esse uso não supervisionado gerou conflitos terapêuticos com anti-hipertensivos, hipoglicemiantes, anticoagulantes e diuréticos. Mulheres em idade reprodutiva e cuidadores familiares relataram maior propensão a conduzir o cuidado medicamentoso do domicílio, incluindo crianças e idosos. Nesses cenários, verificou-se amplo compartilhamento de medicamentos e replicação de prescrições antigas, com base em experiências prévias consideradas “bem-sucedidas” (Raquel, 2022).

Disparidades socioeconômicas e territoriais exerceram papel determinante. Em áreas com menor oferta de serviços ou maior distância de unidades de saúde, a automedicação foi descrita como recurso preferencial. Em contrapartida, mesmo em regiões com boa cobertura assistencial, a pressão temporal e o custo de oportunidade também fomentaram o comportamento (Alves *et al.*, 2024).

A circulação de informações pela internet, incluindo fóruns, influenciadores e plataformas de comércio eletrônico, foi identificada como um vetor de acesso e

decisão de compra. Relataram-se aquisições não presenciais de medicamentos, inclusive de origem incerta, e adesão a protocolos caseiros sem validação científica (Raquel, 2022).

As práticas de armazenamento domiciliar revelaram falhas sistemáticas: frascos sem rótulo legível, comprimidos fora das embalagens originais, ausência de controle de validade, mistura de medicamentos de diferentes usuários em um mesmo local e inexistência de registros de doses administradas (Melo, 2025).

No âmbito da Atenção Primária, a reconciliação medicamentosa revelou discrepâncias frequentes entre o que constava em prontuário e o que efetivamente era consumido no domicílio. Apareceram mudanças de dose, introdução de novos produtos por conta própria e abandonos não comunicados de terapias crônicas (Nava, 2021).

As ações educativas conduzidas por equipes de enfermagem, quando ofertadas, mostraram boa aceitação pelos usuários e seus familiares. Relatos indicaram maior compreensão de riscos, melhor organização do manejo domiciliar e disposição para revisar estoques de medicamentos, ainda que a manutenção de mudanças dependesse de reforço contínuo (Nava, 2021).

Nesse cenário, destacam-se como estratégias de enfrentamento a ampliação do acesso à Atenção Primária, a implementação de ações educativas, o fortalecimento da reconciliação medicamentosa e o aconselhamento farmacêutico. Também se ressalta a necessidade de regulação mais rigorosa da publicidade de medicamentos e do comércio eletrônico, garantindo informações claras e seguras ao usuário (Bispo *et al.*, 2023).

Compreende-se que o combate à automedicação exige abordagem integrada, envolvendo políticas públicas, atuação multiprofissional e educação em saúde. A enfermagem, em especial, desempenha papel importante na orientação, monitoramento e prevenção de riscos, auxiliando no uso racional de medicamentos e a segurança do paciente (Bispo *et al.*, 2023).

5. Conclusão

Este estudo teve o objetivo de compreender os fatores que influenciam a prática da automedicação, analisando seus riscos e impactos para a saúde pública. Observou-se que a facilidade de acesso aos medicamentos, os custos elevados com consultas médicas, a carência de orientações adequadas e a influência cultural são aspectos determinantes para a manutenção desse hábito entre a população.

A partir das reflexões desenvolvidas neste estudo, é possível concluir que a automedicação, embora vista por muitos como uma solução imediata para o alívio de sintomas, pode trazer sérias consequências, como intoxicações, interações medicamentosas e mascaramento de doenças.

Ademais, espera-se que este trabalho possa contribuir para ampliar a discussão sobre a importância da educação em saúde, da orientação profissional e da implementação de políticas públicas mais eficazes no combate à automedicação indiscriminada, favorecendo a promoção do uso racional de medicamentos e a preservação da qualidade de vida da população.

Referências

- ALVES, Jairo Porto et al. O perfil da prescrição de medicamentos por enfermeiros na estratégia saúde da família na Paraíba. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, v. 13, n. 4, p. 16, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10233836>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- BATISTA, Regilane Araújo; DA SILVA COIMBRA, Marcus Vinícius. Estratégias de intervenção clínica na promoção do uso racional de medicamentos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 18, p. e082065-e082065, 2025. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2065>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BISPO, Laís Valéria da Silva et al. Estratégias de educação em saúde implementadas por enfermeiros na atenção terciária: uma revisão integrativa. 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12211>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- DE OLIVEIRA MATIAS, Gabriela; DEUNER, Melissa Cardoso; DE OLIVEIRA, Gregório Otto Bento. Perigos da automedicação entre os idosos: riscos e prevenções. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 14, 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1145>. Acesso em: 01 set. 2025.
- DOS SANTOS, Vitoria Cristina et al. O PAPEL DO ENFERMEIRO NO COMBATE A AUTOMEDICAÇÃO. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 11, p. e3112181-e3112181, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2181>. Acesso em: 01 set. 2025.
- EXTERKORTTER, Alana Louise et al. Desafios e estratégias para a atuação clínica do farmacêutico. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/262913>. Acesso em: 02 set. 2025.
- JUNIOR, Vanilson Silva Costa; DE OLIVEIRA, Ana Livia Rodrigues; AMORIM, Aline Teixeira. Automedicação influenciada pela mídia no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e11011830678-e11011830678, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30678>. Acesso em: 03 set. 2025.
- LIMA JUNIOR, Antonio Paixão de. **Farmacêutico como agente educador: reduzindo riscos da automedicação na sociedade contemporânea**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/4cd9cc49-aa6f-4853-8cec-8b5170998036>. Acesso em: 02 set. 2025.
- MELO, Talita Santos de. Ações educativas na promoção do uso racional de medicamentos no ensino de jovens e adultos. 2025. Disponível em: <http://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/1467>. Acesso em: 03 set. 2025.

MORAES, Ana Karoline Vieira. Assistência ao idoso na estratégia saúde da família: atuação do enfermeiro. 2025. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/8977>. Acesso em: 04 set. 2025.

NAVA, Gabriela Christ Ramos. Gestão do cuidado realizada por enfermeiros da Estratégia Saúde da Família (ESF) na prevenção de agravos decorrentes da hipertensão arterial sistêmica. 2021. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/8628>. Acesso em: 09 ago. 2025.

RAQUEL, Cheila Pires. Dr. Google e a porta de entrada do SUS: novas relações médico-paciente na estratégia saúde da família. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/66699>. Acesso em: 31 ago. 2025.

RIBEIRO, Marcos Paulo Alves. CUIDADOS CARDÍACOS NO IDOSO: DA PREVENÇÃO ÀS DECISÕES TERAPÊUTICAS COMPLEXAS. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 101, p. 372-399, 2025. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/1455>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ROCHA, Shirley Lopes et al. O papel do farmacêutico nas intoxicações medicamentosas em crianças e idosos: uma revisão integrativa. 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/16344>. Acesso em: 30 ago. 2025.

STACCIARINI, João Henrique Santana. **A consolidação do setor farmacêutico na economia global: crescimento, influência, desvios e marketing**. Center for Open Science, 2023.

VILAÇA, Beatriz Soares Ribeiro. A automedicação e os entraves para a saúde pública. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/41985855-bc5f-4d29-8721-2e335994ea23>. Acesso em: 02 set. 2025.

XAVIER, Mateus Silva et al. Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 225-240, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22665>. Acesso em: 01 set. 2025.